

# A escola pública carioca e a construção do jovem perigoso

## Introdução

As reflexões que aqui se apresentam fazem parte de uma pesquisa que realizo no campo educacional, no âmbito da rede municipal de ensino do município do Rio de Janeiro, onde atuo como psicóloga no Programa Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (Proinape)<sup>1</sup>. Este campo de trabalho foi tomado também como campo de pesquisa a partir do encontro com o Projeto Paz nas Escolas<sup>2</sup>, que determina um fluxo específico para os casos de atos infracionais ocorridos nas escolas públicas cariocas. O projeto orienta os educadores ao registro destas ocorrências nas Delegacias de Polícia - caso tais atos tenham sido praticados por adolescentes – que devem, por sua vez, encaminhar os casos ao Ministério Público, que reservará um período semanal específico em sua agenda para atendimento a tais casos. Tal fluxo teria como objetivo agilizar o atendimento dos adolescentes e o processo de aplicação de medidas socioeducativas nos casos de atos infracionais ocorridos em escolas públicas.

Tais orientações me intrigaram ao indicarem o âmbito penal-policial como via para resolução de conflitos escolares e por estar direcionado especificamente às escolas públicas. A curiosidade despertada no encontro com este projeto me levou à descoberta de outras iniciativas, muitas das quais promovidas pelo Ministério Público nas escolas – a exemplo do projeto Conte até 10 nas Escolas<sup>3</sup>. Tais iniciativas são justificadas pelo senso comum acerca de uma suposta violência escolar crescente, que demandaria a intensificação das medidas orientadas à sua contenção. Esse senso comum é criado através de formas diversas de circulação discursiva, onde a produção midiática – sobretudo através dos veículos de comunicação de massa – desempenha papel central.

A pesquisa realizada a partir de tais projetos nos levou a um campo comum, conhecido como Cultura de Paz. O marco inicial da difusão deste paradigma foi o “Manifesto 2000 – Por uma cultura de paz e não-violência”, construído por diversos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz,

---

<sup>1</sup> O Proinape é um programa constituído por equipes interdisciplinares formadas por psicólogos, assistentes sociais e professores que atuam junto a todas as 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ). O Programa foi instituído através da portaria E/SUBE/CED nº4, publicada em D. O. em 11 de dezembro de 2009. Apesar da diversidade de trabalhos realizados pelas equipes lotadas em cada CRE, temos como diretriz geral de atuação considerar os conflitos e questões escolares de maneira não individualizada, analisando as demandas endereçadas às equipes a partir das relações existentes entre os diversos atores que compõem o cotidiano escolar e buscando saídas pactuadas coletivamente para os diferentes impasses.

<sup>2</sup> Termo de Parceria firmado entre a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, a 1ª Promotoria de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital e a 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital – Matéria Infracional Conhecimento, firmado em abril de 2012. Informações disponíveis em: <http://www.mprj.mp.br/areas-de-atuacao/educacao/paz-nas-escolas/>. Acesso em: 03/05/2014.

<sup>3</sup> Campanha promovida pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, uma parceria entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça. Seu mote é o apelo à paciência e à tolerância como formas de prevenção à violência, especialmente a homicídios. Informações disponíveis em: <http://www.mprj.mp.br/areas-de-atuacao/educacao/paz-nas-escolas/>. Acesso em: 03/05/2014.

reunidos em Paris para a celebração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como organizadora do Ano Internacional da Cultura de Paz (2000), coube à UNESCO a distribuição e promoção do manifesto no mundo. Dando prosseguimento à campanha, 2001/2010 foi declarada a “Década Internacional da Cultura de paz e Não-violência para com as Crianças do Mundo”, o que contribuiu para a internacionalização do paradigma e para o fortalecimento de sua vinculação ao campo dos direitos das crianças e dos adolescentes.

“A paz está em nossas mãos” é a frase que compõe o logo da campanha e também o mote que orienta as ações promovidas. Trata-se explicitamente de um apelo para o compromisso individual com a construção de relações baseadas no diálogo, na solidariedade e na não-violência no ambiente em que se vive. Os governos, grupos influentes e autoridades, assim como nossa organização econômica e social - baseada na valorização do capital e na desigualdade - não fazem parte das reflexões sobre violência propostas no campo da Cultura de Paz.<sup>4</sup>

No âmbito da escola pública se estabelece, a partir da Cultura de Paz, uma trama complexa que envolve práticas assistenciais, educativas e punitivas, produzindo uma dinâmica ambivalente que remete diretamente à ameaça social representada pelos jovens que habitualmente constituem seu público alvo. Pela histórica associação estabelecida entre a infância em perigo e a infância perigosa, tais jovens constituiriam um risco à sociedade.

Segundo Foucault (1979), dispositivo é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organização espacial, leis, atos administrativos, bem como proposições morais, filosóficas, científicas: “Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (p.244). Partindo da obra de Foucault, Deleuze (1990) define o dispositivo como:

(...) um emaranhado, um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de natureza diferente. E estas linhas do dispositivo não cercam ou não delimitam sistemas homogêneos, o objeto, o sujeito, a língua, etc., mas seguem direções, traçam processos sempre em desequilíbrio, às vezes se aproximam, às vezes se afastam umas das outras. Cada linha é quebrada, submetida a *variações de direção*, bifurcante e engalhada, submetida a *derivações*. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos em posição são como vetores ou tensores. (s/p)

Para o autor, separar as linhas do dispositivo é cartografar, desenhar o mapa do terreno que o constitui. Cada terreno, por sua vez, é uma configuração singular de forças em movimento, em tensão permanente. Por isso, tal perspectiva teórica repudia universais e grandes abstrações, podendo ser definida como um pragmatismo, um positivismo, que vai se ocupar das forças em ação nas práticas tal com elas se dão.

Neste sentido, esta pesquisa está orientada pela questão de como a escola pública carioca se insere no âmbito dos dispositivos de criminalização da pobreza e contribui para a construção do jovem perigoso.

---

<sup>4</sup> Conforme o sítio: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/prizes-and-celebrations/international-decade-for-a-culture-of-peace-and-non-violence-for-the-children-of-the-world/>. Acesso em 23/04/2014.

Com isso, pretendo realizar uma aproximação crítica com o campo educacional, percebendo-o além do senso comum que reduz a escola a uma entidade de transmissão de ensino, garantidora de direitos, cidadania e ascensão social. A partir da desconstrução desta essência positiva comumente atribuída à escola, posso alinhar atravessamentos que a fazem funcionar também como um dispositivo de controle das condutas e de criminalização da pobreza, o que entendo ser importante para que estejamos atentos a tais efeitos e possamos produzir práticas que os interroguem e combatam.

Hara (2009) afirma sua busca por possibilidades de dizer o presente e cogitar o futuro que escapem à lógica de produção de palavras de ordem. Segundo o autor, existe um circuito de propagação de informações: atividade comunicativa pautada em palavras de ordem que teriam a pretensão de dizer realidade de maneira absoluta, naturalizando verdades que a constituiriam. Tais palavras de ordem constroem concepções sobre a sociedade em que vivemos, seus possíveis rumos e animam o sistema de controle. O autor identifica como atores privilegiados neste processo os intelectuais, que gozam de posição social legitimada para a enunciação de discursos verdadeiros.

A importância de se conseguir escapar ao circuito de propagação de palavras de ordem está na possibilidade de se conceber outras realidades e criar saídas inusitadas, construindo brechas que viabilizem uma transformação do atual estado de coisas. Neste sentido, a ousadia e o risco assumido em apresentar ideias que fujam do senso comum seriam potentes em causar incômodos e gerar deslocamentos.

### **Referenciais para reflexão**

Em seu estudo sobre as prisões, Wacquant (2001) afirma a existência de um “novo senso comum penal” (p. 18) como componente fundamental da organização social neoliberal. Neste contexto marcado por valores individualistas e pelo investimento na mercantilização da vida, tem lugar uma constelação discursiva que converge para amplo processo de criminalização dos pobres. Segundo o autor, faz parte da estratégia neoliberal de governo o investimento no Estado-penitência como complemento à atrofia do Estado-providência ou Estado de Bem-Estar Social. Neste contexto, o aparato penal-policial ganha maior protagonismo na contenção do contingente pobre, fruto da desigualdade de base que se acentua em nossa sociedade.

Ainda segundo Wacquant (*ibidem*), esta perspectiva nasce por volta da década de 70 nos Estados Unidos da América (EUA) e se internacionaliza, numa “operação planetária de marketing ideológico” (p. 19) que produz verdades acerca de um pretenso crescimento vertiginoso da violência - sobretudo da chamada violência urbana - e propõe a solução penal-policial como resposta eficaz a tal fenômeno.

Apesar da criminalização dos pobres e de sua culpabilização pelas mazelas sociais não consistir em uma novidade na sociedade capitalista, essas perspectivas são atualizadas e potencializadas pelo furor punitivo fabricado por uma campanha mundial baseada nas noções de risco e de insegurança. A partir da produção do medo e da demonização de parcelas das classes populares, o Estado fabrica a legitimidade de que necessita para atuar de maneira diferenciada em relação aos diversos grupos populacionais e para realizar ações violentas sistematicamente direcionadas aos mais pobres.

Enquanto Wacquant (2001) ressalta a função de substituição do Estado-penitência em relação ao Estado-providência, Augusto (2013) enfatiza as relações de complementaridade existentes entre o campo penal/policial e o campo das políticas sociais, em função da proximidade de seus modos de funcionamento e dos efeitos que produzem. Reunidas como políticas públicas de segurança, estas seriam vertentes aliadas de vigilância e controle da população, reconfiguradas no sistema de acumulação capitalista neoliberal. Sob a promessa de segurança e de defesa da sociedade que fundamentam os dispositivos de governo, se exerce o controle sobre a população através de processos de judicialização e criminalização dos desvios, processos estes produzidos entre os âmbitos social e penal.

O investimento no Estado penal como forma privilegiada de resolução dos conflitos sociais teve sucesso em reabilitar a prisão como equipamento penal, mesmo após as severas críticas a ela dirigidas com a difusão da perspectiva dos direitos humanos, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Desde a década de 80, pelo contrário, se observa um processo de sobreinvestimento das prisões, agora fortalecidas e legitimadas pela multiplicação das possibilidades de penas alternativas.

Após uma crítica radical que apontava a possibilidade do abolicionismo penal, os discursos do campo dos direitos humanos foram capturados pelas linhas de força hegemônicas e servem hoje principalmente para fundamentar reformas cujas principais vertentes são a humanização das prisões e a diversificação do sistema de penas, com a valorização de seu cumprimento em meio aberto. (AUGUSTO, 2013)

Os estudos de Wacquant (2001) demonstram o sucesso da indústria das prisões nos diversos continentes. Para o autor, está em curso uma significativa expansão de vagas no sistema penal, que se orienta em dois sentidos: no vertical, através do investimento maciço na construção de prisões; e no horizontal, através de uma diversificação das possibilidades de cumprimento de pena, através das chamadas penas não-privativas de liberdade. Estas últimas passam a abarcar um contingente populacional ainda maior do que a prisão, constituindo de fato não alternativas ao confinamento, mas importantes aliadas no processo de inchamento do sistema penal. Além da expansão que pode ser observada no campo de execução da pena, há também importante investimento na ampliação dos bancos de dados criminais, com função de controle e vigilância, sobretudo em relação à população que habita os bairros populares.

A diversificação dos vínculos possíveis entre os indivíduos e o sistema penal amplia infinitamente o as possibilidades de controle: fichamentos eletrônicos, montagem de banco de dados por DNA, proliferação de câmeras pelas ruas, cumprimento de penas ou medidas de prestação de serviços à comunidade, multas de trânsito ou por jogar lixo no chão e, ainda, a prisão. A diversificação e flexibilização do sistema punitivo permite-o chegar a um número cada vez maior de sujeitos. Nas palavras de Augusto (2013), são:

(...) modulações de encarceramento que funcionam *por dentro* e *para fora* da instituição prisional; que operacionalizam os controles ao ar livre e produzem uma vida encarcerada contida no interior dos bancos de dados, nos projetos assistenciais dos governos, nas parcerias público-privadas e na disseminação da conduta do policial-cidadão. (p. 31)

Segundo Foucault (1983), ao fracassar em sua proposta explícita de reabilitação dos presos e de diminuição da ocorrência criminosa, a prisão tem sucesso em suscitar determinado tipo de ilegalidade: a delinquência. Torna-se então possível marcá-la, torná-la visível e útil, ao mesmo tempo rebelde e dócil, em um meio relativamente fechado, mas penetrável. Ao mesmo tempo, permite que a ilegalidade das classes abastadas seja praticada sem questionamentos contundentes. Portanto, de acordo com a tese do autor, a criminalidade delinquente é antes efeito da penalidade de detenção, que define um regime das ilegalidades que devem e que não devem ser toleradas.

No Brasil, a construção do jovem das classes populares como perigoso está atualmente associada sobretudo ao circuito varejista do tráfico de drogas. No entanto, a criminalização dos jovens em nosso país não é uma prática recente. Segundo as análises de Augusto (2013):

Criança livre é um problema. Um problema para a sociedade. A sociedade não a suporta e quer domesticar esse filhote de gente. Domesticar e conter crianças: um problema para os adultos. Elas são temidas pelo mundo adulto como a possibilidade do desconcerto, da ação fora do regimento e da regulação. Uma criança livre, para o mundo adulto, é 'criança criminosa'. (p.39)

Para exemplificar o problema que os jovens constituem para a sociedade, o autor cita diferentes momentos históricos em que estes confrontaram e desafiaram as autoridades políticas e sociais. No final do Império, os choques frequentes com jovens negros filhos de escravos, quilombolas e capoeiras; na República Velha e parte do Estado Novo, os confrontos com os jovens filhos de migrantes; na ditadura militar, a resistência dos estudantes secundaristas e universitários. Acrescentamos ainda, a partir de acontecimentos recentes, a atuação dos *black blocs* na contestação à sociedade de consumo e a princípios que norteiam o sistema capitalista neoliberal. A estes jovens insubordinados é preciso calar, conter, ameaçar: criminalizar.

Quanto aos jovens pobres, são e serão sempre uma ameaça de insurgência às classes abastadas, aqueles sobre os quais alguma intervenção deve se realizar para que não venham a por em risco a ordem social. Esta dinâmica se faz muito evidente no contexto atual, em que a cidade é higienizada, pacificada e militarizada, com o objetivo de se maximizar os lucros que poderão ser auferidos com megaeventos, com destaque para a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016). Populações são removidas, recolhidas, despejadas em qualquer fração

de bairro que não tenha interessado aos grandes empreendedores; submetidas à violência simultânea por parte da milícia, da polícia e do tráfico; caladas, demonizadas, criminalizadas.

Neste contexto, muitas insatisfações passam a se expressar e diversas controvérsias a se produzir. As ruas ganham novamente importância como espaços de manifestação popular, reivindicação e repressão violenta por parte do Estado. Algum tempo depois, não apenas as ruas principais da cidade, mas também as das favelas e suas imediações, passam a ser ocupadas por movimentos de protesto diante da militarização que violenta e mata os moradores nas chamadas comunidades pacificadas.

No caso do movimento que ficou conhecido como Manifestações de Junho, o principal tratamento midiático foi de criminalização pelo viés do vandalismo, sobretudo associado aos *black blocs*. Quanto aos movimentos que vêm ocorrendo entre os moradores de favelas, a criminalização produzida pela mídia passa pela associação dos protestos e das pessoas que deles participam ao tráfico de drogas. Em ambos os casos, a criminalização da expressão popular visa anular sua potência pelo ataque à sua legitimidade. As questões que fundamentam tais atitudes rebeldes, por sua vez, restam invisibilizadas pelo tabu do crime.

### **Campo de trabalho, campo de pesquisa**

Segundo Lourau (1993), o diário de pesquisa se constitui a partir da análise de implicações do pesquisador, de suas vivências no cotidiano de estudos. Não se atendo ao mero registro de dados, compreende também o relato dos sentimentos, impressões, dúvidas, temores, das vivências subjetivas do pesquisador na relação com os demais sujeitos participantes deste processo e no trabalho de elaboração teórica acerca das experiências vividas. Por suas características, o diário de pesquisa é também um registro cartográfico, que preserva percepções e conjecturas acerca das forças em disputa no campo tomado como objeto de estudo, bem como das forças em disputa na própria pesquisadora, em guerra, para utilizar uma figura cara a Foucault.

Buscando problematizar práticas constituídas, adoto os referenciais metodológicos da genealogia (Foucault) e da cartografia (Deleuze), para os quais a construção das práticas é marcada pelos conceitos de gênese e de descontinuidade. Estas são concepções que enfatizam a importância de estarmos atentos às condições de possibilidade e à disputa de forças que estão em jogo nos acontecimentos diversos, sejam eles passados ou contemporâneos. A historicização passa a ser um recurso para a problematização<sup>5</sup> de situações atuais e para a construção de possibilidades diante dos impasses identificados. (ZAMBENETTI; SILVA, 2011).

---

<sup>5</sup> Segundo Foucault, “Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas e não-discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política e etc.)” (EWALD 1984, p.76)

Pela riqueza de reflexões e afetos que me provoca o cotidiano de trabalho, escolhi a diário de pesquisa como metodologia de produção do material a ser analisado, em função da possibilidade de registrar os momentos mais significativos destas experiências e pensá-las de maneira mais cuidadosa, produzindo elementos que problematizem os atravessamentos do campo em que atuo.

Além disso, vale ressaltar que não tomo o trabalho de pesquisa como uma tarefa intelectual, mas como uma prática imanente ao campo, engendrada pelo que nele nos afeta, pela investigação teórica, pelos atos que podem nele ser produzidos e seus possíveis efeitos. Tendo como referencial teórico a pesquisa-intervenção (Lourau, 1993), busco através da pesquisa transformar para conhecer e transformar-me neste processo. Como afirma Foucault em uma entrevista, a ética de um intelectual exige “(...) ser capaz permanentemente de se desprender de si mesmo (...) modificar não apenas o pensamento dos outros, mas a si próprio” (p. 81-82). Não à maneira de uma iluminação súbita, mas como “(...) uma elaboração de si para si, uma transformação estudiosa, uma modificação lenta e árdua pelo cuidado constante da verdade” (p.82).

Neste sentido, trago agora um recorte deste campo. No segundo bimestre de 2014, a CRE em que atuo solicitou que os profissionais do Proinape atendessem a seis unidades escolares que viriam apresentando frequentemente problemas em relação à “violência”. Além desta questão central, todas também tinham em comum o fato de atenderem a alunos adolescentes, que em seu percurso escolar se encontram entre o 6º e o 9º anos do ensino fundamental.

As equipes do Proinape se dividiram para visitar as escolas e realizar conversas com as respectivas equipes gestoras, no intuito de compreender como se percebiam em relação à demanda apresentada pela CRE. Após tais visitas, as equipes do Proinape avaliaram que uma espécie de agitação parece se intensificar nestas escolas. Relatos sobre brigas sistematicamente organizadas através das redes sociais entre alunos de unidades escolares diferentes, grande número de roubos dentro das escolas e em seus arredores – cuja autoria é atribuída aos próprios alunos -, ocorrência de venda de drogas nas próprias escolas, brigas físicas entre alunos e responsáveis, ameaça dos alunos aos professores, depredação sistemática dos ônibus pelos alunos. Embora tais eventos não sejam uma novidade para as escolas, parece que adquirem uma intensidade diferenciada, expressa na solicitação de apoio quase que diária às polícias civil e militar e à guarda municipal – medida à qual são direcionadas pela própria CRE, entidade que orienta e fiscaliza as unidades escolares.

Neste contexto, além da polícia e da guarda, também se envia a algumas dessas escolas equipes interdisciplinares para conter os ânimos. Compondo uma dessas equipes, tive oportunidade de escutar diretores, diretores adjuntos e coordenadores pedagógicos, que compõem as equipes gestoras de duas escolas.

Dentre muito do que foi conversado, me impressionou a escolha de alguns dos termos usados para narrar os acontecimentos: tráfico, roubo, bando, bonde, jaula. O uso de tais termos e a ocorrência de tais eventos não eram expostos com tanta facilidade, de acordo com minha experiência anterior.

Quando, em uma dessas conversas, apontamos que tal agitação pode estar relacionada à militarização de diversas comunidades na cidade, a hipótese foi confirmada pela gestora. Sua colega de equipe complementou que os moradores se deixam manipular pelo tráfico, que busca manter seu poder. Ao insistirmos que, apesar dos interesses de grupos específicos, existe também uma insatisfação popular acumulada que se expressa neste contexto, a gestora afirma que as pessoas não podem estar insatisfeitas, pois “ganham tudo”. Com o prosseguimento da discussão, pudemos concordar que se trata de uma realidade complexa, com múltiplos interesses e fatores, mas que não se pode dizer que as parcelas da população que recebem benefícios sociais desfrutem de uma condição de vida satisfatória.

Vale ressaltar que tal diálogo se deu com profissionais aparentemente comprometidas com seu trabalho como educadoras, que demonstram carinho pelo público que atendem e empenho na qualificação do trabalho realizado na unidade escolar em que atuam. Compõem a equipe gestora há cerca de um mês e já realizaram melhorias nas instalações, vêm implantando regras mais claras para a organização do cotidiano escolar e fortalecendo espaços coletivos como o grêmio estudantil e os centros de estudos dos professores.

A situação narrada nos aponta que os sentidos produzidos pelos discursos de criminalização se generalizam. Sua força de convencimento é tamanha, que uma profissional sensível e atenta ao público que atende adere à palavra de ordem que nega a legitimidade da insatisfação popular e de sua expressão, apesar de conviver com tais grupos todos os dias e estar ciente da precariedade e da violência a que estão frequentemente expostos.

A multiplicação de projetos pretensamente voltados à construção da paz nas escolas, assim como as parcerias frequentes entre as unidades escolares, as polícias e a guarda municipal, reforçam a concepção segundo a qual os jovens usuários da rede educacional pública compõem a categoria dos jovens perigosos. Desta maneira, contribuem, através das relações que se estabelecem nas escolas e das notícias veiculadas acerca deste contexto, para a criminalização de conflitos sociais diversos e para o direcionamento de sua resolução para os âmbitos penal e policial, servindo desta forma ao controle das classes populares.

Segundo Passeti (2011), uma herança deixada pela Segunda Guerra à posteridade foi a lógica de governo baseada na experiência dos campos de concentração. Sob ameaça permanente da morte, os prisioneiros destes campos buscavam formas de sobreviver, alimentando a esperança de que um dia seriam salvos da condição em que se encontravam. Para garantir sua sobrevivência, praticavam uma série de traições, trapaças, conivências, obediências



e alianças com aqueles que os aprisionavam, contribuindo assim para a efetivação dos mecanismos de controle que encarceravam a si e a seus pares.

Portanto, a característica fundamental do dispositivo de controle em exercício no campo de concentração era a participação e colaboração do aprisionado com os mecanismos que o capturam e violentam. Tal mecanismo também produz como afeito a fragmentação das relações entre os presos, dificultando qualquer mobilização que tenda à revolta ou à fuga. Nas palavras do autor: “O campo de concentração conseguia, pela primeira vez, suprimir a revolta e a busca de liberdade do prisioneiro contra a prisão. Instituiu a importância do governo no campo de concentração e criava mecanismos de enredamento e adesão de *todos*” (P.47).

De acordo com a perspectiva proposta por Passetti (2008), favelas, periferias e comunidades atualmente se convertem em campos de concentração a céu aberto. Ocupando alternadamente a posição de vítimas e infratores, as classes populares representam sempre riscos potenciais e ameaçam a ordem e a segurança social. Nesta condição ambígua passam a ser alvos de políticas assistenciais, sanitárias e educativas, ações de ONGs e políticas de policiamento comunitário, numa complexa rede de instituições públicas e privadas, cujas iniciativas são idealizadas e coordenadas pelas elites minoritárias, numa consensual cultura cidadã dos direitos e das penas. Como trabalhadores ou usuários em tais equipamentos, como líderes comunitários ou multiplicadores de ideais quaisquer acerca da paz, da cidadania e da inclusão, como padres ou pastores, todos são convocados a participar desta rede de controle a céu aberto, onde somos capturados de maneira voluntária, buscando alguma forma de sobrevivência e salvação.

O campo de concentração a céu aberto de que nos fala Passetti, assim como a penas e medidas de cumprimento em meio aberto, circuitos de câmera que vigiam permanentemente estabelecimentos públicos e privados, conjuntos de *logins* e senhas que permitem ou vedam acessos a uma infinidade de domínios virtuais, dentro outros, são mecanismos característicos da sociedade de controle, como a define Deleuze (1992).

Como característica fundamental, tal organização se apresenta através de redes de controle que se cruzam a céu aberto, em lugar da rede de instituições de confinamento que caracterizavam a sociedade disciplinar. Isso não quer dizer que estas se extinguem, mas apenas que deixam de ser a lógica de controle principal para o ordenamento social e se reconfiguram, modificando-se em função das novas maneiras de controlar.

Tais reformas frequentemente se fundamentam em argumentos humanitários, que afirmam como características perniciosas aos que são atendidos pelas instituições de confinamento o isolamento que estabelecem em relação ao restante da sociedade, a rígida hierarquia sobre a qual normalmente se organizam, o trabalho de normalização ao qual se dedicam. Exemplos deste processo são as críticas ao hospital psiquiátrico e à prisão, instituições às quais se propõe a substituição por formas de acompanhamento a céu aberto, integradas e úteis à sociedade, com

prestação de serviços diversos à comunidade, inserção no mercado de trabalho e frequência à escola.

Deleuze (*ibidem*) afirma que tais alternativas propostas às instituições disciplinares “(...) puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (p.1). Com isso, o filósofo propõe que estejamos atentos e não ignoremos os mecanismos de controle que compõem tais alternativas, que pensemos os efeitos que produzem e as formas de resistência que possibilitam.

O autor também chama atenção para o fato de que o sistema capitalista mantém em situação de miséria a maioria da população mundial, “pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento” (p.3). Sendo assim, os mecanismos de controle teriam que dar conta não apenas da dissipação das fronteiras, mas também da multiplicação dos guetos e favelas.

Em função das crises institucionais e das mudanças de paradigmas sociais, os sujeitos convivem hoje com uma série de fatores geradores de ansiedade, relacionados sobretudo às formas de trabalho e consumo: flexibilização das condições de trabalho, incluindo a perda de direitos adquiridos através das lutas trabalhistas; exploração acentuada dos trabalhadores, através da perspectiva da polivalência; transformação dos vínculos afetivos e pessoais em função da mercantilização das relações; dentre outros.

No entanto, os fatores que concorrem para a fragilização dos sujeitos e para a elevação de sua angústia permanecem encobertos, sendo aceitos pelo senso comum como inevitáveis e inerentes ao único modo de organização econômico-social possível: o capitalista. O medo, a ameaça e a instabilidade são sentimentos deslocados destes fatores estruturais e encarnados no problema da pequena delinquência de rua. A falta de segurança é atribuída a tal delinquência, considerada o maior problema das cidades, justificando medidas que estejam destinadas a seu controle e eliminação.

### **Considerações finais**

Diante de tal conjuntura, juntamente com Augusto (2013), afirmo que “há uma urgência por etnografias das modulações de encarceramentos, dos controles punitivos ao *ar livre* e da expansão da polícia, do amor à polícia e das condutas policiais” (p. 30). A proposta desta pesquisa é cartografar e analisar aspectos deste controle a céu aberto e suas formas de exercício na política educacional voltada às classes populares, em que uma imbricada relação entre vertentes educativas, punitivas e protetivas se dá.

As ações, políticas, programas e pesquisas voltadas aos jovens das classes populares apresentam maior sucesso em ratificar fragmentos de histórias tristes repetidas infinitamente, do que em reverter efetivamente aspectos considerados desfavoráveis à vida destas crianças e adolescentes. Tais dinâmicas devem ser postas em evidência e analisadas em suas práticas, para

além das palavras de ordem que as constituem. Acredito ser esta uma via fértil para a possibilidade de uma atuação crítica que possibilite a construção de práticas de enfrentamento aos processos de criminalização das classes populares e para a produção de formas mais éticas e solidárias de tratamento dos conflitos sociais.

### Referenciais bibliográficos:

AUGUSTO, Acácio. **Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens**. Rio de Janeiro, Lamparina: 2013.

DELEUZE, Gilles. **¿Que és um dispositivo?** Em Michel Foucault, filósofo. Barcelona, Gedisa, 1990: p. 155-161. Tradução de Wanderson For do Nascimento. Disponível em: <http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>. Acesso em: 22/04/2014.

\_\_\_\_\_, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. Em: Conversações. Rio de Janeiro, Ed. 34: 1992, p. 219-226.

EWALD, François. **O cuidado com a verdade**. (Entrevista com Michel Foucault, Le Magazin). Em: ESCOBAR, C. H. de. (org.) O Dossier – últimas entrevistas. Livraria Taurus Editora, Rio de Janeiro, 1984, p. 74-85.

FOUCAULT, Michel. **A governamentalidade**. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Edições Graal: 1979, p. 277-293.

\_\_\_\_\_, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes: 1983.

HARA, Tony. **Além das palavras de ordem: a comunicação como diagnóstico da atualidade**. Em: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, A. (orgs.) Para uma vida não-fascista. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p 403-414.

LOURAU, René. **René Lourau na UERJ. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

PASSETTI, Edson. **Punição e sociedade de controle**. Recurso eletrônico, 2008. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=11>. Acesso em: 13/10/2012

\_\_\_\_\_, Edson. **Governamentalidade e violências**. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.1, pp.42-53, Jan/Jun 2011.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2001.

ZAMBENETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. **Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social**. Psicologia & Sociedade; 23 (3): 454-463, 2011.